

REVISTA HISTORAR

Paulo Henrique de Souza Martins

*Mestre em História pela Universidade Federal
Fluminense- UFF*

Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú
– UVA

PROCESSO DE ABOLIÇÃO NO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E ENSINO

Resumo

O artigo estuda o surgimento do movimento abolicionista no Ceará, discutindo sua militância social na década de 1880; analisa o efeito simbólico das festas de libertação e entrega de alforrias, juntamente com sua divulgação nos jornais, como instrumento político dos grupos abolicionistas; seleciona algumas produções didáticas sobre História do Ceará, em diferentes épocas do século XX, estudando como o assunto “Abolição no Ceará” foi difundido nas escolas do estado.

Palavras-Chave: Movimento abolicionista. Imprensa militante. Memória da abolição. Livro didático. História do Ceará

Abstract

This article seeks, through their own approaches of Cultural History, assess the main problems in relation to the exercise of power in the Concentration Camp Ipu 1932, evaluating this power through research that studies the work on its surroundings, the rules of discipline and Catholic presence in their daily lives.

Keywords: job. discipline. power. everyday.

Introdução

Quando o dia amanheceu uma confusa sensação de estranhamento havia preenchido a cabeça de todos. Tudo parecia tão normal e ao mesmo tempo sem sentido explícito, que interrogações surgiam de onde menos se esperava. Qual o nome da cidade? Quem eram as pessoas que tinham seu nome inscrito nas plaquinhas da esquina? Que praça é essa? Pra que serve? Por que esse barbudo sério, de concreto e meio cagado de passarinhos está aqui e não em outro local? Por que as pessoas vivem aqui? Elas nasceram onde seus pais e avós nasceram ou vieram de outros locais de nascimento? Se sim ou se não, porque? A resposta para que mundo era aquele, todos os seus valores e características, o porque das coisas, o propósito das formas, enfim, dos sentidos, deveria estar realmente na história. Mas, que história se ninguém lembrava-se do passado? Parece que depois de dormir, a memória e consequentemente a história tinham sumido... só restava os vestígios e os livros de um mundo em pause da noite anterior para dizer o que era o pretérito daquela cidade, daquelas pessoas.

A situação fictícia desenhada acima, em tons confusos e inseguros, exacerba uma experiência cotidiana e tornada natural que vivemos todos os dias, isto é, um não saber das coisas, justamente por não sabermos do passado das coisas, dos lugares e das pessoas; ressalta a importância que a história e que a memória têm como elementos significadores para o mundo. Somos o que somos por consequência do que aprendemos com os nossos pais, nossos familiares e em suma, no geral, com a cultura a que pertencemos. A cultura é inescapavelmente fruto dos processos históricos, resultados do fazer social vivido todos os dias por nós mesmos e por nossos antepassados, cada qual com seus problemas e dilemas a serem enfrentados. É por esse motivo que a história, digo, as versões da história e a memória que delas se alimentam, são tão importantes para criação de sentidos e identidades sociais. Criar uma história sobre algo ou alguém, fazer uma memória sobre um acontecimento ou uma pessoa, é nesse mesmo sentido, uma operação de poder haja vista que perpetua e enaltece, divulga e não deixa morrer, incita e politiza uma dada questão, uma dada pessoa, um dado processo social, uma história em suma... voltamos a início... se porventura toda essa linha ininterrupta da história fosse quebrada, de supetão, que elementos poderíamos julgar válidos para reconstruir os laços com o passado, definidores daquilo que somos?

A operação política da memória é exatamente essa capacidade. A memória permite que o passado torne-se presente; que os mortos não morram enquanto sejam lembrados e façam sentido (políticos inclusive) para as pessoas. Por isso estudamos história. Todo o nosso cotidiano é repleto de construções de memórias que fazemos para dar sentido a nossa vida, nosso passado. Assim o fazemos, assim fizeram, mesmo sem perceber, nossos antepassados. Existe então um sentido, político talvez, para que tenhamos uma certa versão sobre o passado. Se assim o é, não é de todo

intromisso fuçar esse passado a fim de descortinar, por em nu o que inspirou a construção de dados sentidos para dados acontecimentos. É como se fôssemos autorizados a invadir o camarim do ator, em plena peça se fazendo, e vê-lo em silêncio compondo seu personagem, com todas suas maquiagens e adereços. Elegemos um acontecimento marcante na História do Ceará para ousar essa incursão. Refiro-me a Abolição da escravatura na década de 1880. O que acontecia no nosso estado àquela altura? Quais foram os elementos que fizeram aquela história e quais outras possibilidades estiveram em pauta? Principalmente, como essa história, tornando-se memória (LE GOFF, 2003), foi contada e recontada depois que os fatos se passaram? Ou em outros termos mais específicos, como a escola e a disciplina de história apresentou aos pequenos cearenses os significados daquele momento da história do nosso estado? Em se tratando de uma operação política, como sempre o é em se tratando do passado, como esse personagem foi composto na intimidade dos camarins do teatro? Seria possível pensarmos outras cores para essa história? É o desafio que nos propomos nesse trabalho...

Para dar conta dos objetivos a que esse texto se propõe faz-se necessário a leitura de diversas fontes. Nesse interim, chamo de “fontes bibliográficas históricas” os textos publicados na Revista do Instituto do Ceará, que serão aqui discutidos como instrumento de construção de versões sobre a Abolição no Ceará. Através da RIC ¹, intelectuais cearenses expuseram suas considerações, elegeram heróis e anti-heróis, celebraram ações, lembraram em verso e prosa, ou em outras palavras, construíram um saber em relação a Abolição que precisa ser agora analisado como fonte de problematização.

Já no que se refere às “fontes bibliográficas didáticas”, analiso quais foram as seleções historiográficas operadas por profissionais da indústria editorial de livros didáticos, mais especificamente, alguns dedicados a História do Ceará.

Por fim, apresentarei uma proposta de problematização sobre a Abolição do Ceará, pensada sob um olhar mais crítico. Do que por ora foi exposto, é possível já delinear as partes em que se dividem esse artigo. Num primeiro momento as reflexões estarão organizadas sob o título “*Matar ou morrer em bem da Abolição dos escravos* ²: contando a história do movimento abolicionista no Ceará”; logo em seguida tratarei sobre o papel da imprensa e das festas na processo de Abolição do Ceará, cujas ponderações dar-se-ão a partir do título *Imprensa e festas de libertação: chaves para compreensão do abolicionismo no Ceará*; passo seguinte, sob o título de *A Abolição da escravidão nos livros didáticos de História do Ceará*, discute-se a incorporação de uma dada memória sobre a Abolição no Ceará na área educacional básica, a partir de livros didáticos; e, por fim, nas considerações finais a que chamo

¹ Daqui pra frente usarei a sigla “RIC” para abreviar a escrita de “Revista do Instituto do Ceará.

² Conclamação de João Cordeiro, abolicionista cearense, quando da reunião havida em 30 de janeiro de 1881, em Fortaleza. Decidiu-se ali, segundo narra Antonio Bezerra, os estatutos da “Libertadora Cearense”, associação abolicionista radical.

de “*Problematizando a Abolição no Ceará*” fazem-se questionamentos sobre lacunas que a pesquisa deixa em aberto.

MATAR OU MORRER EM BEM DA ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS: CONTANDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO CEARÁ

Um dos testemunhos mais vivazes dos acontecimentos que marcaram a história da Abolição no Ceará está registrado no livro “O Ceará e os Cearenses” de Antonio Bezerra. Trata-se de uma crônica escrita pelo autor, quando do tempo em que morava em Manaus onde redatoriava o jornal “Pátria”, especialmente dirigido aos cearenses residentes na capital amazonense.³ É importante frisar que Antonio Bezerra fez do seu livro um registro de memórias, uma vez que viveu os acontecimentos ali narrados. É preciso considerar portanto, um aspecto “autobiográfico” nas histórias ali contidas (GOMES; SCHMIDT, 2009)

Antonio Bezerra começa sua narrativa sobre a História da Abolição no Ceará colocando-a numa engrenagem de supervalorização do evento, descambando para a instauração de um novo regime político nacional, a República. “(...) entremos agora na apreciação do maior feito do Brasil, daquêlle que fêz nascêr a Rêpública. Queremos falar da libertação total dos escravos do Ceará, em 25 de março de 1884.” (BEZERRA, 1906)⁴

Em sua escrita, temporalmente, as memórias de Antonio Bezerra voltaram ao fim do ano de 1880. Era exatamente numa quarta-feira, dia 08 de dezembro daquele ano, que reuniram-se pela primeira vez -- certamente ainda em caráter informal -- “rapazes de talento e coração” com o fito de “extirpar de uma vêz o cativo no país” fundando mais uma associação abolicionista na capital alencarina, a “Sociedade Cearense Libertadôra” (BEZERRA, 1906, p. 43). Pelo relato do sócio Antonio Bezerra, os primeiros dias do novo grêmio foram bastante tumultuosos. Não havia concordância entre eles sobre os meios de ação, muito menos cargos e funções estabelecidas. Foi somente em 30 de janeiro do 1881 que a “Sociedade Cearense Libertadora” em reunião marcada por simbologias típicas daquela época, oficializou-se internamente. A reunião aconteceu na “antiga Bolsa do Comércio”, situada nas imediações da Praça José de Alencar, centro de Fortaleza. Os sócios para ali se dirigiram por volta do meio dia de domingo, foram acolhidos por João Cordeiro que os encaminhou para a por ele batizada “sala de aço”. Antonio Bezerra narra da seguinte maneira

³ AMORA, Manoel Albano (Ed.). **Os Fundadores da Academia Cearense de Letras**: Antonio Bezerra. Página oficial da Academia Cearense de Letras. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/acl/fundadores/BezerraMenezes.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

⁴ Nas citações de fontes bibliográficas, no sentido de manter a originalidade da grafia, optei por reproduzir as regras gramaticais e ortográficas de então.

o importante acontecimento:

Depois de fechada a porta da entrada e acêsas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e arrancando da cava do colête um punhal, atira-o com força no meio da mêsas, onde ficou cravado, oscilando cinistramente ao reflexo das luzes e disse: Meus amigos, exijo de cada um de nós um juramento sôbre êste punhal, pâra matar e morrêr, se fôr preciso, em bem da abolição dos escravos (BEZERRA, 1906, p. 44)

Ao que parece, o grande grupo que se reunia a uns sessenta dias, comportava em si ideologias diversas, pois que o posicionamento incisivo do presidente provisório, abolicionista João Cordeiro, gerou a saída de mais da metade dos membros da reunião. Do que se depreende pelos estatutos votados e aprovados na mesma tarde, a ala vitoriosa foi a do abolicionismo radical. O estatuto era simples e direto, indicativo do programa de ação do grupo restante. Antonio Bezerra secretariou a reunião e redigiu a punho próprio o que lhe ditou o já oficial presidente João Cordeiro “Artigo 1º -- Um por tôdos e tôdos por um. § Único -- A Sociedade libertará escravos por tôdos os meios ao seu alcance. *Sala de Aço*, 30 de janeiro de 1881. E todos os presentes assinaram” (BEZERRA, 1906, p. 44). Os cuidados que os membros da Sociedade Libertadora Cearense acordaram adorar dali em diante nas suas comunicações -- pseudônimos, escrita criptografada -- deveriam ser realmente necessários ante o plano de ação a ser desenvolvido. Pretendiam furtar escravos, expediente dotado de ousadia dado o caráter ilegal em que se revestia.

Corria bem o ano de 1881 e o movimento do grupo radical ganhava força. O grande dilema daquele momento era o tráfico de escravos para outras províncias. Lembremos que enquanto o Ceará vinha num ritmo de diminuição de sua população cativa, naquele contexto motivado pela seca que o assolou em fins da década de 1870, regiões de economia mais dinâmica como Rio de Janeiro e São Paulo necessitavam cada vez mais de escravos para manter a produção de café. Considerando a impossibilidade de aquisição de escravos africanos, proibida definitivamente desde 1851, restava agora a compra de escravos nacionais. É aqui que o Ceará é importante. No início da década de 1880, a província do Ceará era a maior exportadora de escravos do Brasil. Movimento em crescente desde fins da década de 1870 como explica Richard Graham (2002, p. 131-132):

A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província, exceto o Rio Grande do Sul.

Milhares de escravos “cearenses” viveram o drama da separação de suas famílias, do lugar de nascimento, do contato com suas redes de sociabilidade. Interromper o espetáculo da separação pela glória da liberdade seria uma ação por demais audaz, ainda mais quando se partia de gente do comércio, como o eram os integrantes da Sociedade Libertadora Cearense. Como dizia, o ano de 1881 ia já passando da metade e esse ponto, o tráfico interno, estava definitivamente na agenda dos abolicionistas radicais do Ceará. É novamente Antonio Bezerra quem nos fornece a fonte de um episódio ilustrativo. Diz ele que depois de já decretado pelos trabalhadores do porto que da capital

não sairiam mais escravos para outras províncias, o que aconteceu com requintes de revolução na praia do porto desde o final de janeiro, houve uma tentativa de “furar” a resolução dos portuários. O navio mercante “Espírito Santo”, ancorado desde o dia 29 de agosto no porto de Fortaleza, seria o destino transitório de duas escravas que haviam sido vendidas para o norte do Brasil, mais precisamente para a província do Pará, onde as taxas de importação ainda tornavam esse comércio lucrativo.⁵ Antonio Bezerra (1906, p. 57) narra que

Havia na praia bastante tropa, e em frente a massa compacta do povo, que gritava de quando em vês: não embarcam, não embarcam! O chefe de polícia enfurecido discutia com os libertadores, e ameaçava levar tudo a ferro e a fogo, se não embarcassem as negras.

Ora, fica latente aqui o caráter radical adquirido pelo movimento abolicionista na capital, com a entrada dos portuários no rol dos militantes em favor da abolição. Não se pode desconsiderar o fato de que o não embarque de escravos, desde o janeiro de 1881, gerava um grande prejuízo para os grandes comerciantes da capital. Ouso até comparar a um duelo entre Davi e Golias, se me permitido for usar esse artifício. Percebamos que o encaminhamento dos trabalhadores além de causar prejuízo em negociações de altas somas, colocava-os expostos a ação da polícia e mesmo em risco seus próprios empregos. Portanto, me parece que tal ação, a do bloqueio do porto, mostrava um nível incontestável de popularidade do movimento abolicionista no Ceará.

Antônio Bezerra (1906, p. 57-58) relembra que

[O chefe de polícia] Empregou tôdos os meios ao seu alcance pãra se sair bem da comissão, de que o encarregara o presidente Dr. Pedro Leão Velloso, quando num segundo o *libertadeiro* João Carlos da Silva Jatahi, conduzindo as pretas, que passaram pela frente do Dr. Chefe de Polícia, mete-as num carro trazido por Cândido Maia, e vòa com ellas para o país da liberdade.

Se já não bastasse a “opinioidade” do não embarque, as escravas são roubadas debaixo dos olhos do poder público, literalmente. Ao se julgar pelos discursos que pregavam a legalidade e moderação do movimento emancipatório, as ações da “Sociedade Libertadora Cearense” eram bastante subversivas. Sobre a vida do abolicionista João Cordeiro e com base em documentos pessoais guardados no “Instituto do Ceará”, os membros da Revista dessa academia publicaram-os, ao que parece, interpretando os apontamentos ao próprio punho de João Cordeiro. Passadas muitas décadas de todos aqueles acontecimentos, o articulista fez registro das argururas pelas quais passou em virtude de sua ação no processo abolicionista da província.

⁵ Entre dezembro de 1880 e janeiro de 1881, as Assembléias Provinciais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo respectivamente, criam leis que aumentavam pesadamente a tributação sobre a entrada de escravos vindos de outras partes do Império. O mesmo ainda não havia ocorrido com as províncias do Norte. Daí por que, mesmo sem a alta demanda existente no Sul, o comércio de escravos a partir de 1881 ainda poderia ser lucrativo nessas províncias. Ver Annaes da Camara (1880), IV, 194. Província de São Paulo, 15 de agosto de 1880. Apud. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil - 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 209.

J. C. gastou com a manutenção do “Libertador”, com o yate “João Vale” que transportara escravos roubados em Pernambuco, com trens da [linha] “Baturité”, conduzindo escravos fugidos para o interior e com muitas outras despesas que era obrigado a fazer diariamente a importância de Rs. 36:000\$000.⁶

Antônio Bezerra dá vários indicativos de que expedientes considerados ilegais eram prática usual da agremiação. Em certa altura de sua crônica sobre os acontecimentos do movimento abolicionista, Bezerra dá ciência de um “absurdo batendo o absurdo”. Era o contexto da disputa entre os municípios cearenses pela glória do pioneirismo na libertação dos escravos.⁷

Não podemos nos admirar que o importante município sertanejo de Canindé teria momento mais propício para decretar ao mundo sua nova condição de terra livre. A festa de Canindé estava marcada para a quinta culminante de uma semana movimentada na cidade. Quinta-feira dia 4 de outubro de 1883, dia de São Francisco, padroeiro da cidade. O prestígio político de tal acontecimento parecia ser grande pois para Canindé afluíram não só uma comissão representante da “Sociedade Libertadora Cearense” mais uma outra composta por respeitáveis senhoras, as “Senhoras Libertadoras”. (BEZERRA, 1906, p. 64)⁸ Como chefe de comissão, ganhou os louros da vitória o abolicionista Antonio da Cruz Saldanha, informado por Antonio Bezerra como “promotor da libertação de Canindé”. Segundo as memórias de Antonio Bezerra, uma multidão vinda de todos os cantos somavam cinco mil pessoas em torno da igreja matriz de São Francisco, onde começara as solenidades. De “imponentíssima” foi classificada a sessão magna de saudação aos “heróis do movimento civilizador”. A programação ainda teve passeada, seguida de uma “partida”, segundo Antonio Bezerra (1906, p. 64-65), prestigiada por “tudo quanto era selecto e distinto no município”. Até aqui a narrativa não difere de outras tantas que floresciam os eventos com grandes elogios. Mesmo o Barão de Studart, reconhecendo a importância do acontecimento, incluiu no seu “Datas e factos” uma ligeira nota sobre a data⁹. Mas, o “absurdo batendo o absurdo” não ocorreu nos salões concorridos da elite canindeense, mas na ressaca da vitória do dia seguinte. Deixemos o próprio autor contar o ocorrido:

Pêla manhan do dia cinco apparecêram na casa onde estava hospedada a comissão

⁶ **Revista do Instituto do Ceará.** “Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos pôr ele próprio: (Do Documentário do Instituto, respeitadas a redação e ortografia do original)”. Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo LIX, 1945. p. 277. Vale destacar que no ano de 1884 uma firma comercial de João Cordeiro faliu. Ver página 277 dessa referência bibliográfica.

⁷ O jornal “Libertador”, pertencente a “Sociedade Libertadora Cearense”, acompanhou esse movimento no interior da província publicando na coluna “Quadro de Luz” a relação dos municípios que declaravam-se livres da escravidão. A título de exemplo, citamos o “Quadro” da edição de 14 de março de 1884 onde se registra 37 municípios “iluminados” num total de 51 relacionados. A última atualização dessa contagem incluía no fim da lista o município de Granja, datado de 10 de fevereiro de 1884. **Libertador**: Orgam da Sociedade Cearense Libertadora. Fortaleza, 14 de março de 1884, Ano IV, N. 58. Disponível em Biblioteca Nacional Digital. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/cache/4092507223055/I0000120-02PX=000000PY=000000.JPG>>.

Acesso em: 29 maio 2014.

⁸ As libertadoras eram Francisca Nunes da Cruz, Joana Antonia Bezerra, Maria Theophilo Moraes, Maria Nunes Façanha e Lina Josefina Bezerra.

⁹ Registra “Redempção da Villa de Canindé sendo libertados todos os escravos do município” (STUDART, 2001, p. 314).

Libertadôra, uns vinte escravos do Piauí a chorar e a pedir que se lhes desse a liberdade.

Era impossível cedêr aos seus desejos, e os libertadôres achavam-se contrariados de lhe não pôder aliviar os sofrimentos.

Os pretos continuavam de chorar e se maldizer, quando o Dr. Frederico Borges, actualmente deputado ao Congresso Federal, concordou com os demais companheiros presentes que se atendessem ao pedido daquêlles infelizes.

Mandou vir papel, e ordenando ao 1º secretário que escrevêsse o que êlle mandasse, começou a passar de um para outro lado da sala ditando as cartas seguintes, que foram tôdas do mesmo teôr:

Nós abaixo assinados, membros da terrível associação *Libertadora Cearense*, restituimos á liberdade o cidadão Fulano, e ordenamos lhe que, si pretendendo voltar a terra de sua residência, o seu ex-senhor quiser obrigalo ao cativoiro, o poderá matar com uma faca bem grande que lhe atravesse o coração de uma banda para outra.

Canindé, 5 de Oitubro de 1883 (BEZERRA, 1906, p. 65)¹⁰

Ao se julgar pelas memórias de Antonio Bezerra, escritas aos poucos de 1898 até 1906¹¹ o grupo abolicionista do qual fez parte, utilizou-se de métodos à margem da lei. A literatura sobre o tema é bastante clara no sentido de opor os meios de ação entre a “Sociedade Libertadora Cearense” e o “Centro Abolicionista 25 de Dezembro”, sendo atribuída a esse último, um caráter mais moderado e legalista. Raimundo Girão (1984, p. 151) argumentou que a criação do “Centro Abolicionista” havia sido uma necessidade imposta aos simpatizantes da liberdade que não podiam ser contemplados pelo programa da “Sociedade Libertadora Cearense”.

Os que não se adaptam ao pisa-e-quebra dos sapadores de vanguarda tiveram que suportar a violência.

(...) Eis por que nasceu o Centro Abolicionista. Como necessidade não mais adiável de congregar num organismo de maior solidez quantos o index dos impacientes e tumultuosos apontava como embuçados e insinceros, jocosamente apelidados de miranhas, quixotes negreiros, inimigos da liberdade.

De fato, as fontes têm nos indicado algo nesse sentido. No manifesto publicado pelo “Centro Abolicionista”, em 13 de abril de 1883, fica bastante evidente a tendência para o encaminhamento ordeiro da Abolição no Ceará. Os redatores do manifesto ao elogiar o suposto rumo pacífico em que se ocorrera a abolição em Fortaleza, comparam-na com um oposto, isto é, uma Abolição tumultuária como a que caracterizou a dos Estados Unidos da América, na década de 1860. Literalmente comparam quando dizem que “Não tivemos o patíbulo de Brown, as algemas de Harrisson: e a arvore da redempção não vae regada pelo sangue preciosos dos Linconls!” (STUART, 2001, p. 310). Já na sua fundação, ocorrida na noite da última terça-feira antes do Natal do ano de 1882, precisamente no dia 19, a ata do “Clube Abolicionista” é bastante clara quando informa que seu programa de atuação teria por objetivo:

Aparelhar os meios, que mais efficazmente possam conduzir a abolição da escravidão nesta provincia, tendo em vista principalmente a conveniencia de porem se esses intuitos de accordo com as leis do paiz, de modo a evitar-se

¹⁰ Grifos no original.

¹¹ Informação contida na “Nótula prévia”.

quanto quaesquer perturbações de ordem moral ou economica no seio da familia ou da sociedade. (STUDART, 2001, p. 299) ¹²

Em comemoração ao fato, José, Josepha e Lourenço, escravos todos, foram alforriados a mando de seus senhores. (STUDART, 2001, p. 301).

IMPrensa E FESTAS DE LIBERTAÇÃO: CHAVES PARA COMPREENSÃO DO ABOLICIONISMO NO CEARÁ

Como já dissemos, nos primeiros anos da década de 1880 os municípios cearenses ou pelo menos parte de suas elites locais, iniciavam uma corrida pela glória de serem pioneiros na libertação de seus escravos. Infelizmente, pelo que já levantamos até agora, ainda não existem pesquisas que tenham se proposto a fazer um estudo sobre as festas de libertação no interior da província. Não se sabe se essa deficiência é resultante da inexistência de fontes ou se é derivada da não observância de que essa temática é uma chave das mais complexas para o entendimento sobre o encaminhamento final da questão da escravidão no Ceará. Os contextos mais fartamente documentados são os de Fortaleza, Acarape (depois renomeada para Redenção em alusão ao feito) e da própria província como um todo. Embora saibamos com certa precisão as datas em que a maior parte dos municípios declaravam suas jurisdições despossuídas de escravos (através da coluna “quadro de luz” publicada no jornal “Libertador”) os jornais, principais meios de divulgação desses acontecimentos sociais, ainda não foram devassados nesse sentido. Por ora esse desafio mais ousado continuará em suspenso. Vamos nos ater a capital e festa pela libertação da província do Ceará. Cabe destacar ainda que

(...) os impressos, suas idéias e informações relacionavam-se de forma dinâmica com a sociedade, circulavam, eram repetidos e podiam ser reapropriados. As fronteiras e definições entre grupos políticos e seus vocabulários, o perfil de formadores de opinião e a circulação de vozes e clamores pelas ruas divulgam outras dimensões do que chamamos aqui de transformação dos espaços públicos. (MOREL; BARROS, 2003, p. 44)

Nesse sentido, estudar como a imprensa acompanhava a campanha abolicionista no Ceará,

¹² Ao que parece o exemplo norte americano era o limite negativo de como um encaminhamento para o fim da escravidão poderia ser uma verdadeira tragédia humana. Souza Mello ilustrou numa nota de rodapé esse temor: “A escravidão dos Estados Unidos, diz um escritor moderno, foi a causa da mais horrenda guerra civil, de que a história faz menção. O sul ganhou e perdeu tudo que possuía; e o norte ficou endividado na espantosa somma de três bilhões e 600 mil contos. É nesse grande espelho que se deve mirar, noite e dia, o gigante da América meridional” In. Jornal Constituição, Fortaleza, 24 de maio de 1883, ano XX, número 57. disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=235334&PagFis=4515> pág. 04. Para um estudo sobre os movimentos abolicionistas do Brasil e dos EUA ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada** (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

inescapavelmente fazendo-a, é também uma forma de compreender como a sociedade local politicamente se posicionava diante desse contexto.

Isso posto, é preciso destacar que a festa pela libertação da capital não foi uma data surgida ao correr dos acontecimentos, mas sim planejada. A data foi marcada em reunião ocorrida no paço do Assembléia Legislativa no dia 15 de janeiro de 1883. Diversos jornais da capital convocaram os abolicionistas que tiraram comissões responsáveis por trabalhar na libertação de quarteirões e bairros até que toda a jurisdição da cidade fosse atingida. Para tal fim, designaram o dia 24 de maio como data áurea do sucesso pretendido, portanto, apenas pouco mais de quatro meses adiante como data limite para Fortaleza ser designada como livre de escravos. (GIRÃO, 1984, p. 179) Ainda segundo Raimundo Girão, nesse meio tempo as comissões reuniam-se para socializar o andamento dos trabalhos. Em 4 de maio de 1883 ocorreu a primeira, dando ciência da receptividade positiva do trabalho das comissões e a segunda, em 13 de maio, apresentara dificuldades de convencer viúvas pobres a libertarem seus escravos gratuitamente. Faltavam menos de duas semanas para a festa e o principal empecilho era dinheiro. (GIRÃO, 1984, p. 180-181) Ao que consta nas memórias do abolicionista João Cordeiro, ele próprio como homem do comércio e transitado nas grandes casas atacadistas da praça de Fortaleza, cobrou uma “caixinha” da classe a que pertencia. Às vésperas da festa as doações atingiram o valor necessário para compra da alforria dos últimos escravos.¹³

O jornal conservador “Constituição”, um dos mais tradicionais de Fortaleza com circulação desde 1863, fez correr uma edição especial no dia 24 de maio de 1883, data programada para declaração de liberdade da capital cearense. Estampava em sua página primeira “A METROPOLE DO ABOLICIONISMO, IMPERIUM IN IMPERIO!”¹⁴ A crônica do dia revelava que a libertação dos escravos da capital era uma verdadeira obra de civilidade, de adiantamento do povo, indício de seu caráter benévolo e humanitário.

“Cearenses! Conquistastes no Brazil, nas Americas e no velho mundo, posição mais alta do que as vossas montanhas, admiração mais profunda do que os vossos mares e respeito mais solemne do que o vosso firmamento azul. (...) Tudo isto é grande, tudo isto é nobre, tudo isto é americano, tudo isto é brasileiro, tudo isto é essencialmente CEARENSE!”¹⁵

Uma identidade pioneirística era capitaneada como ferramenta política para engrandecer o

¹³ **Revista do Instituto do Ceará.** “Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos pôr ele próprio: (Do Documentário do Instituto, respeitadas a redação e ortografia do original)”. Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo LIX, 1945, p. 291.

¹⁴ Jornal Constituição, Fortaleza, 24 de maio de 1883, ano XX, número 57. disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=235334&PagFis=4515> pág. 01

¹⁵ Jornal Constituição, Fortaleza, 24 de maio de 1883, ano XX, número 57. disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Em <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?bib=235334&PagFis=4515> pág. 02.

Ceará perante o Brasil e o mundo. Não bastava libertar, era preciso alardear as ações do abolicionismo cearense. Raimundo Girão fez registro detalhado sobre as festas de comemoração da libertação de Fortaleza, ao que tudo indica, tendo como fonte o jornal “Libertador”¹⁶. “A cidade em peso, na eloquência de suas expansões jubilosas, não dormiria mais desde a véspera, 23, com o espetáculo de gala da Companhia Lima Penante, no Teatro São Luis, até o fim das comemorações, no dia 26, com o baile de encerramento no Clube Cearense.” (GIRÃO, 1984, p. 181) Não resta dúvida que o essencial da festa, bailes, orquestras em teatros, eram feitos por e para as elites da cidade. Era a representação do que estava em jogo, isto é, o grau de “avanço” e “civilidade” de seus membros. Não que as classes menos favorecidas estivessem ao largo do movimento na cidade, mas pouco sabemos delas ao não ser que “nos subúrbios, onde os pobres nada mais podiam fazer que fincar no chão, em frente aos seus casebres, uma vela de cera de carnaúba, a arder votivamente”. (GIRÃO, 1984, p. 181)

Continuando seu relato, Girão dá ciência de que ao meio dia daquela quinta-feira 24 de maio de 1883, houve sessão magna nos salões da Assembléia Provincial onde a solenidade era prestigiada pela imprensa do Pará, especialmente enviada para cobrir o evento.

Jornalista de Belém — Lima Barata, pela *Província do Pará*, e Manuel Cantuária, pelo *Diário de Notícias* especialmente enviados para o grande acontecimento, falam em primeiro lugar e são imediatamente seguidos por João Brígido, em nome doutro Guajarino — *O Diário do Grão-Pará*, e por José Marrocos, representante do jornal católico *Boa Nova*, também paraense. (GIRÃO, 1984, p. 181)

Tal acompanhamento por parte da imprensa é sintoma já daquilo que ficará como marca da movimentação política daqueles tempos, a liberdade de Fortaleza e do Ceará precisava ser reverberada a fim de dar força ao abolicionismo para o restante do Brasil. Como sinal de articulação política que ligava o movimento do Ceará ao da capital imperial, festas foram organizadas para dar visibilidade ao feito em troca de fortalecimento do movimento abolicionista na Corte (FERREIRA, 2010). Mesmo na corte, havia um jornal criado e dirigido pela colônia cearense no sentido de fazer essa conexão dos movimentos abolicionistas. Em sua edição de estréia, justamente no dia 24 de maio de 1883, escreveram ninguém mais ninguém menos que Machado de Assis, Aloísio de Azevedo, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Mello Moraes Filho, só para ficar nos expoentes das letras e política nacionais. Todos faziam coro nos elogios ao Ceará. Machado de Assis alegorizou o alastramento da estratégia de abolição em Fortaleza, dizendo que “A escravidão é a mancha negra. O Ceará inventou a mancha crystallina. Pingo a liberdade em um canto do território; o pingo vai-se alargando e invadindo o resto. A mancha da escravidão é passageira, a da liberdade será eterna”. José do Patrocínio, ele mesmo o criador da estratégia

¹⁶ Cujas edições não se encontram na Biblioteca Nacional, motivo pelo qual adotaremos a leitura “de tabela” de Raimundo Girão ao invés dos jornais no original.

vitoriosa em Fortaleza, saudava os partidários de cá “Daqui de muito longe, eu que lhes conheço o caracter, que posso avaliar seus enormes sacrifícios e grande amor da pátria, abraço-os, e levanto uma saudação sincera ao povo da província [do Ceará] e de sua formosíssima capital”. Aloísio de Azevedo destacou uma nova geografia política para o Ceará em função dos acontecimentos que dali se faziam sentir na Corte. “Se o Rio de Janeiro é capital do Brazil, o Ceará é a capital dos brasileiros. Cada um de nós, tenha nascido em qual pronvincia fôr, teve ter o coração sempre voltado para essa terra de liberdade e amal-a como a pátria de nosso caracter e de nossa honra. O deputado geral pelo Ceará Antonio Pinto, lermbrrou da importância dos jagadeiros para o sucesso do movimento abolicionista cearense. “Honra, pois, ao Ceará que ainda mesmo alquebrado por tremendas desgraças, sabe muito bem que mais vale a gloria de seus heroicos jangadeiros, trancando as portas dos *verdes mares bravios de sua terra natal* ao trafico immundo de seus irmãos captivos, que todos os milhões acumulados com o suor escravo, a maior das indignidades e das miserias sociaes”

17

Como mostrado acima, provado está que tanto no Rio como no Ceará os jornais se empenharam em dar visibilidade e peso político para a libertação de Fortaleza. Mas, voltando para as festas na capital cearense, Raimundo Girão registra a presença de representantes da juventude elitista cearense, hinos são cantados no cerimonial vespertino dos salões da Assembléia. “São cantados o Hino da Redenção e o Hino 24 de Maio, bem como, pelos alunos do Ateneu Cearense, o da Independência e o Hino Nacional”. A presença da militância feminina também é manifesta na cerimônia. Registraram os jornais e transcreveu Girão (1984, p. 181) que “A oração de Maria Tomasia, pelo calor com que foi pronunciada, valeu por uma convulsão. Francisca Clotilde, recitando poesia sua não arrancou efeito menor.”

Depois da fala dos representantes das agremiações abolicionistas, pelo fim da tarde, as festividades deram continuidade na catedral da Sé seguido de uma procissão de estandartes que percorreu as principais ruas da capital. Narra assim Raimundo Girão: “A apoteótica procissão seguiu seu itinerário, atravessando arcos triunfais de quanto feitio havia, pisando as flores que tapetavam os calçamentos, até chegar ao Passeio Público, onde devia terminar.” (GIRÃO, 1984, p. 181).

Não sem correr risco em saltar de supetão de uma festa para outra, falaremos agora das comemorações relativas a decretação de liberdade da província do Ceará, em 1884. Alguns pontos em comum são verificáveis. Tal como em Fortaleza, a data foi marcada como horizonte final de uma campanha, portanto, não foram datas que se fizeram na indeterminação do cotidiano militante,

¹⁷ A terra da Redempção: órgão dos cearenses abolicionistas, Rio de Janeiro, ano I, n. 01, 24 de maio de 1883. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=259357&pesq=>. Citações de Machado de Assis e José do Patrocínio contidas na página 3; de Aloísio de Azevedo e Antonio Pinto na página 2. Grifos no original.

mas oportunidades planejadas conscientemente para coincidir com outros acontecimentos simbólicos da história nacional. O 25 de maio, no caso da libertação de Fortaleza, era o dia em que o Brasil sagrava-se vitorioso na Guerra do Paraguai, com forte concurso de soldados e oficiais cearenses. Já o 24 de março de 1884 era o aniversário de 60 anos da Constituição Imperial. De igual maneira, ou melhor, até mesmo potencializado, as festas pela libertação do Ceará ecoavam desde o início do ano no Rio de Janeiro e demais províncias do Brasil, tendo ainda alcance onde quer que o movimento nacional se fizesse presente na Europa. Também nesse caso os jornais contribuíram fortemente para a divulgação e angariamento de força política para o evento. O jornal “Libertador” dias antes, dava publicidade de várias casas comerciais de Fortaleza que se abasteciam de tudo quanto era necessário para o abrilhantamento da festa: chapéus, luvas, bandeirinhas, tecidos de toda espécie, fogos de artifício, enfim, era a cidade em burburinho. Os relatos mais próximos de que dispomos sobre a festa em si estão publicados no “Libertador” de 1º de abril de 1884 e nos reproduzidos nas memórias de Antonio Bezerra.

Como de costume, a simbologia da festa praticamente impunha entrega de cartas de alforria. Esse foi o mote da narrativa de José Marrocos, membro da Sociedade Libertadora Cearense, transcrita no Libertador e por Antonio Bezerra. Ao final da tarde daquela terça feira, 25 de março de 1884, o cerimonial teve lugar na sugestiva igreja do Rosário¹⁸ onde foi cantada missa de ação de graças pelo reverendo Padre João Augusto da Frota. Consta que a igreja estava cheia em seus espaços internos e nos arredores. Mas, não se tratava de rito eucarístico qualquer. A entrega das cartas de alforria transformaram a igreja num verdadeiro palco de performances sociais representativas do momento que a cidade vivia.

De repente faz-se o silencio, o como no Synai a multidão emmudece para ouvir o verbo que irrompe dos penetraes do sanctuario. Era o Rv.mo Dr. João Augusto da Frota que em nome do Deus da liberdade lançava a benção à bandeira que os libertandos tinham de offerecer aos seus libertadores. Em numero de 35 formaram-se em simi-circulo em derredor do altar e, de joelhos, imploraram aos Céos a confirmação do que se fazia na terra. (MARROCOS *Apud* BEZERRA, 1906, p. 46)

Seguindo o relato de Marrocos, as tais bandeiras, agora já benzidas pelo sacerdote, foram entregues aos “paranymphos” João Cordeiro e Luiz Chavier de Castro que as repassaram aos escravos, para o clamor dos expectadores e o revoar de flores no interior do templo. Versado nas letras como era, Padre Frota proferiu discurso destacando “a necessidade do trabalho e da virtude como complemento característico da liberdade” (MARROCOS *Apud* BEZERRA, 1906, p. 47). Desta feita, os libertandos e demais partícipes daquele cerimonial saíram da igreja em cortejo rumo ao Passeio Público da capital. Sob a “sombra da bandeira” carregada pelo escravo de nome Ponciano Francisco de Paula caminhavam os outros 34 que foram recepcionados por tudo quando

¹⁸ No Brasil, tradicionalmente, escravos e ex-escravos prestam devoção a Nossa Senhora do Rosário.

seja afável e cortez. Diz Marrocos que receberam “salva de foguetes”, “melodias musicais”, “aclamações de delirante entusiasmo”, “bella e carinhosa ovação”...

Jovens cearenses, formosas deidades sacodiam flores e ascenavam com seus lenços brancos, enquanto o prolongado viva dos mais distintos cavalheiros reboava no espaço. A muitos veio a lagrima nos olhos denunciar a consolação interna que lhes transbordava n'alma.

Oh! viva a liberdade!

E o echo estendeu-se até a amplidão dos mares. (MARROCOS Apud BEZERRA, 1906, p. 47-48)

Ao chegarem nas imediações do Passeio Público, os escravos e as multidões que os acompanhavam passavam para a segunda fase do acontecimento, os discursos. Da tribuna saíam falas de igualdade, de liberdade, patriotismo, poesias declamadas a plenos pulmões, seguidas e entrecortadas por aplausos. José Marrocos suspende a narrativa, ao dizer que ao fim de uma “ingente ovação” a um dos oradores ocorria uma interessante disputa. O alvo do querer de todos era “a honra de dar o braço aos 35 libertandos e introduzil-os no Passeio Publico”. Depois de resolvida a pendenga e finalmente as comitivas chegarem ao palco da entrega das cartas de alforria, no coreto da Passeio, formara-se o novo arranjo cerimonial do ato máximo da noite.

Sobre o alto estrado que dominava toda a scena, senta-se o digno presidente da *Sociedade Cearense Libertadôra*, o senhor João Cordeiro.

Dispostos em simi-circulo rodêam-no os membros da directoria, d'um lado e d'outro, e à sua frente, a columna dos libertandos.

Abriu-se a sessão: as phrazes concisas mas que tudo diziam, o presidente fez ver que estava no dominio publico o fim da esplendida reunião. (MARROCOS Apud BEZERRA, 1906, p. 52)

Como era de se esperar nova rodada de discursos, aplausos, performances poéticas, flores ao vento fez-se realidade. Em certa altura, pela primeira vez ao que consta no relato de Marrocos, um dos libertandos dirige-se ao público. Tentemos ouvi-lo indiretamente já que não foi relegada a posteridade transcrição em primeira pessoa:

Commovido pela grandeza do acontecimento e penhorado pelo grande beneficio, tomou a palavra o libertando Ponciano Francisco de Paula. Lagrimas de reconhecimento ungem-lhe a palavra e orvalham a bandeira que elle em nome de sua classe offerece a *Sociedade Cearense Libertadora*. Beijando o estandarte da liberdade, quer entregal-o de joelhos e oscular a mão do presidente da *Libertadora*. Mas não, elle não consente: levanta-se, recebe o estandarte e abraça o offerente. Todos os libertandos inclinaram-se profundamente ante essa scena da egualdade humana. (MARROCOS Apud BEZERRA, 1906, p. 54)

Depois dessa “comovente” cena, e seguidas de outra leva de músicas, palmas e flores, finalmente as cartas de alforria foram entregues, provocando no olhar de José Marrocos a impressão de que alguns agora libertos estavam a “desmaiar ao contacto deslumbrante da liberdade” (MARROCOS Apud BEZERRA, 1906, p. 56). A essa altura os relógios marcavam vinte e uma horas e trinta minutos.

Se a luta pela liberdade comportava a necessidade de reconhecimento da injustiça da

escravidão, não podemos nos esquecer que o movimento abolicionista estava fortemente informado pela angústia de transformar a sociedade com base nos seus ideais econômicos, mercantis, capitalistas, em que nem sempre (para não dizer quase nunca) a inserção social do escravo aparecia como demanda política prioritária. A bem da verdade, as festas teatralizadas em que muitas vezes se revestiam as entregas de alforrias eram também uma estratégia de propaganda do movimento abolicionista. As concorridas “conferências concertos abolicionistas” se tornaram comuns nos teatros das capitais provinciais, reunindo a fina flor das sociedades locais aderentes aos ideais emancipacionistas. Usando as artes do teatro, música e da literatura, os abolicionistas criavam assim uma estratégia diversa da do “modelo continental” francês (elitista e restrito ao sistema político formal) e a do “modelo anglo-americano” que aglutinava campanha parlamentar com campanha pública, concorrendo fortemente a ação da igreja protestante. A especificidade do Brasil era justamente a utilização da arte. Daí se explica o colorido dramático da festa ocorrida em Fortaleza, em 25 de março de 1884. (ALONSO, 2012):

Lusirene Ferreira percebeu que da mesma forma que a libertação dos escravos do Ceará aconteceria com programação festiva, no Rio também se articulavam festas nesse mesmo sentido. Diz ela que “Os abolicionistas da Corte queriam transformar a abolição do Ceará em um evento que marcaria para sempre a nação brasileira, sendo um exemplo que deveria ser seguido por todas as províncias do Império” (FERREIRA, 2010 p. 99). Abolicionistas do Rio trabalhavam nesse sentido. É o que se pode perceber na carta abaixo citada

O dia 25 de março proximo, está marcado para a total libertação da provincia do Ceará.

Este facto, de um alcance que todos avaliarão, para este paíz, marcará no futuro uma nova data gloriosa. Importando elle, não só á Província do Ceará, mas todo o Brazil, como um grande exemplo, entendeu a Confederação Abolicionista da Côrte realisar n’esta capital, no Theatro Polytheama Fluminense durante três dias, festas populares commemorativas d’esses estrondoso acontecimento. Neste intuito tem a honra de convidar a V. Ex^a e sua Ex^a familia para assistir a esses festejos, sollicitando o seu brilhante concurso, para a causa que se pôde definir hoje como a aspiração nacional. ¹⁹

A memória sobre a Abolição que os jornais certamente ajudaram a construir foi de tal forma tornada consistente que esses relatos saíram da efemeridade característica dos periódicos e chegaram aos bancos escolares, aos livros didáticos.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO CEARÁ

¹⁹ Acervo da Biblioteca Nacional - Manuscritos: Cartas e outros escriptos. Centro, Sul e Norte e países estrangeiros. Carta de João Clapp para Miguel Archanjo Galvão. Rio de Janeiro, 3 de março de 1884. Apud. FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa**. Op. Cit. pág. 99.

O livro didático tem como função principal ser canal de socialização de conhecimentos, instrumento de difusão de saberes. Nesse sentido, carrega em si entendimentos sobre diversos assuntos, presentes na época em que foi produzido; apresenta-se como objeto cultural representativo de uma dada sociedade. Se levarmos em consideração que os livros didáticos no Brasil foram (e ainda são) objetos de regulação estatal, e que têm grande penetração nos ambientes escolares públicos uma vez atingida a universalização do seu acesso, logo podemos concluir o quão importante são as informações históricas veiculadas nesse tipo de material.

Analisando algumas obras didáticas sobre a história do Ceará, principalmente no que se refere a história da Abolição da escravatura na província, percebe-se a grande proximidade existente entre a produção científica e as obras de divulgação. O Instituto do Ceará foi o principal centro de produção desse saber. Fundado numa época em que os encaminhamentos sobre a Abolição se faziam pauta primeira nas discussões políticas do Brasil (1887), o Instituto previu em seu estatuto essa função de pensar e fazer público seu pensamento sobre a história local.²⁰ Tiveram êxito pleno nesse sentido. O conhecimento produzido no Instituto serviu de base para praticamente todas as temáticas da História do Ceará, concorrendo para a criação e solidificação de identidades, memórias e formas de conceber um “espírito cearense de ser”. Segundo Fátima Araújo (2013, p. 50), “falar sobre História do Ceará nos anos iniciais da República é falar de uma história em processo de discussão e construção das datas e dos fatos que irão permear as escritas posteriores a essa memória.”. Ou, em outras palavras, até o início do século XX e em decorrência direta da criação do Instituto do Ceará, ainda não existia um arcabouço suficientemente maduro a que se pudesse chamar de História do Ceará. Para Almir Oliveira

Essa ausência de uma narrativa convincente para os temas de história cearense mobilizou diferentes intelectuais a estabelecerem as convenções aceitáveis sobre o começo histórico do Ceará e de sua trajetória no tempo. Para uma sociedade que procurava se definir como nova, civilizada e moderna, a datação de suas origens, dos marcos de sua singularização, representava a possibilidade concreta de municiar-se de referências identitárias e, a partir de uma cruzada pela delimitação de seu passado, definir-se num presente incerto, estabelecer as escolhas que definiriam suas formas e contornos dentro da nacionalidade pretendida. (OLIVEIRA, 2001)

Desta feita, a escrita de um livro didático sobre a história do Ceará era já um exercício de pioneirismo, pois permitiria fazer chegar a um público numericamente maior, conhecimentos que circulavam na cultura letrada dos circuitos elitistas.

O mais antigo livro²¹ que tivemos acesso a ter feito essa tentativa, explicitamente com o

²⁰ Art. 1º do Estatuto do Instituto do Ceará: “Tornar conhecidas a historia e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias”.

²¹ No período republicano foram publicados “Resumo da Historia do Ceara: pra uso das escolas primarias” de João Brígido, em 1892; “Estudos de Historia do Ceara” de Joaquim Catunda em 1919; e, “Anno Escolar: livro de

caráter didático e voltado para a história do Ceará, foi o “História do Ceará, resumo didactico” de Cruz Filho²². Nele o autor destaca o pioneirismo da abolição no Ceará, engrandecendo a província e seus homens. Era um discurso bastante comum naquela época. O republicanismo ainda estava construindo seu rol de heróis e incentivando ideais de nacionalismo e patriotismo. A escola tinha papel essencial nesse processo. Destacar o que aconteceu primeiro no Ceará era uma forma de inserir o estado no discurso de avanço da civilização e dos costumes, construindo uma identidade regional que mostrasse a contribuição do estado para a nação. É nessa linha de raciocínio que Cruz Filho anuncia o tema da Abolição “Uma das mais refulgentes paginas da nossa historia é, sem dúvida, a que se refere à abolição do elemento servil, na então Província do Ceará” (FILHO, 1931, p. 156)

Outra obra analisada é o livro de Raimundo Batista Aragão “História do Ceará”, já de 1985 e em sua segunda edição. O livro com fins didáticos dedica pouco mais de três páginas para discorrer sobre a Abolição. Trata-a como consequência natural do pequeno número de escravos existente na província, resgatando a memória do deputado cearense Pedro Pereira, na distante década de 1850, como se os insucessos do parlamentar tivesse alguma relação com o processo de Abolição no Ceará. “O primeiro grito libertário a se ouvir no Brasil veio pela voz de um cearense, o então deputado Pedro Pereira da Silva Guimarães. Gênio impulsivo, crítico, jornalista combativo, ao eleger-se para a Camara Baixa do País levou consigo a idéia de propor uma lei befazeja em favor dos escravos” (ARAGÃO, 1985, p. 223).

Na sequência repete os tópicos costumeiros sobre o assunto, errando inclusive autorias de ações e datas em que elas aconteceram. (ARAGÃO, 1985, p. 224-225). É necessário reconhecer que o texto de Raimundo Batista Aragão não é fundamentado em estudo original sobre fontes primárias, mas em leituras bibliográficas muita das vezes de autores em igual situação, o que afasta o escritor do livro do contato direto com os vestígios dos acontecimentos relatados. Tal característica foi bastante comum entre “historiadores” não profissionais. Outro exemplo dessa linha de raciocínio pode ser encontrado em “Síntese histórica da escravidão negra” de Francisco de Sousa Nascimento (1989). Formado em Contabilidade, mas com trânsito nos circuitos literários e jornalísticos, contribuiu na obra coletiva “História do Ceará”. No seu texto fica evidente a escolha dos heróis e responsáveis únicos pela Abolição: políticos visionários e de bons corações, dotados da maior “bravura cívica”.

No entanto, com a atuação de uma nova geração de pesquisadores e professores de história, é possível encontrarmos outro cenário para o discurso sobre a Abolição no Ceará. Se nas primeiras

leitura” de Joaquim da Costa Nogueira, em 1921.

²² FILHO, Cruz. **História do Ceará, resumo didático**. Ed. Comp. Melhoramentos: São Paulo-Cayeiras- Rio, 1931. Para informações biográficas de Cruz Filho, ver em <http://www.ceara.pro.br/acl/Academicosanteriores/CruzFilho.html>

décadas da República prevalece um destaque para o adiantamento do Ceará em relação ao Brasil no tocante as datas de libertação, e entre autores não formados em história e vinculados a uma noção positivista, de heróis e grandes feitos, nos livros mais recentes a Abolição é explicada levando-se em consideração fatores mais complexos e menos laudatórios. É o que se pode observar nas produções didáticas de Ayrton de Farias. No livro que analisamos, o autor preocupa-se em inserir a diminuição do número de escravos com a crise econômica pela qual a província passou no início da década de 1880; questionou o tal “pioneirismo” do Ceará ao indicar que o movimento abolicionista, embora forte, poderia ser considerado tardio em comparação com outras províncias do Império; e, lembrou que mesmo depois de 1884, o município de Milagres, na região do Cariri, continuava a ter escravos em seu território.²³

Pelo levantamento que se fez, fica bastante claro que as produções didáticas veem acompanhando o ritmo da historiografia, afinal de contas, o espaço da sala de aula é também um espaço possível para o desenvolvimento de pesquisas, principalmente as de enfoque local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROBLEMATIZANDO A ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Apesar de ser, sem sombra de dúvida, o tema mais estudado da história do Ceará, a história da Abolição ainda pode apresentar questionamentos sobre os quais não foram dadas respostas substanciais. Quais foram os rumos tomados pelos ex-escravos cearenses? E os abolicionistas, uma vez vitoriosos e muitos deles alçados ao poder político com o advento da República, o que fizeram para melhorar a vida dos ex-escravos que tão ardentemente lutaram para libertar? Quais projetos familiares, individuais, de classe, enfim, quais expectativas figuravam na mente dos últimos escravos cearenses quando conseguiram a liberdade no apagar das luzes do século XIX? Conseguiram ser “cidadãos” republicanos ou foram tragados pelas permanências da história? No ensejo da importância implícita que o tema adquire para a própria identidade do Ceará, como as escolas podem discutir esses assuntos em suas aulas de História, literatura, artes?

Nesse exato momento, talvez estejamos a perder senão a única, certamente a melhor oportunidade de ter um outro lado dessa história, o lado dos próprios atores no pós-espetáculo, a relembrar os atos da apresentação. Para ser mais explícita, nesse início de segunda década dos anos 2000, os últimos descendentes que ainda guardam memórias das histórias dos seus avós, estão na casa do 80 e 90 anos de idade. São eles netos dos últimos libertos do Ceará. É a partir das memórias

²³ Para um estudo detalhado sobre o caso de Milagres, ver MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012. (Dissertação de Mestrado).

que lhes foram repassadas sobre o “tempo do cativo” que abre-se uma janela para o passado, possibilitando um repensar da experiência da liberdade e da escravidão nessas bandas do Brasil.²⁴

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. “A teatralização da política: a propaganda abolicionista”. In. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, p. 101-122, 2012.

AMORA, Manoel Albano (Ed.). **Os Fundadores da Academia Cearense de Letras**: Antonio Bezerra. Página oficial da Academia Cearense de Letras. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/acl/fundadores/BezerraMenezes.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

ARAÚJO, Fatima Maria Leitão. “A História do e no Ceará: uma reflexão metodológica sobre os livros didáticos” In. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BEZERRA, Antonio. **O Ceará e os Cearenses**: ligeiras apreciações. Fortaleza: Typ. Miverva, 1906. (Ed. Fac-similar).

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil - 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da Abolição da escravatura da província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ: São João Del Rei, 2010.

FILHO, Cruz. **História do Ceará, resumo didático**. Ed. Comp. Melhoramentos: São Paulo-Cayeiras- Rio, 1931.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição do Ceará**. 3ª Ed. Melhorada. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 1984.

GOMES, Ângela Maria de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GRAHAN, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil” In. **Afro-Ásia**, n. 27, 2002.

²⁴ Sobre pesquisa de História Oral relacionada a memória da escravidão e do pós-abolição no Ceará, ver MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará**. *Op. Cit.* especialmente capítulos 3 e 4 (“Memórias do Cativo e Experiência da Escravidão no Sertão do Ceará: o que a Memória pode falar de História?” e “Memórias da Liberdade no Pós-Abolição do Sertão Cearense” respectivamente)

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

MARROCOS, José. “No dia da pátria e da liberdade a festa da libertação de 35 escravos” Apud. BEZERRA, Antonio. **O Ceará e os cearenses: ligeiras apreciações**. Fortaleza: Typ. Miverva, 1906. (Ed. Fac-similar).

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012. (Dissertação de Mestrado).

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, F. S. “Síntese histórica da escravidão negra”. In: SOUZA, Simone. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)**. 2001. São Paulo: Tese de Doutorado PUC – SP, 2001.

Revista do Instituto do Ceará. “Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos pôr ele próprio: (Do Documentário do Instituto, respeitadas a redação e ortografia do original)”. Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo LIX, 1945.

STUDART, Guilherme. **Datas e Fatos para a História do Ceará**, v. 2, Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).